



***Do feminismo ao gênero:
uma nova Inquisição?***

Eva Alterman Blay



resumo

As análises relativas a sexo e gênero têm se espalhado por todas as ciências. Esse tema se vincula aos processos de implementação dos direitos à plena cidadania das mulheres. No Brasil atravessamos uma guerra ao gênero por parte de segmentos conservadores, machistas e racistas. Será que vamos voltar à fogueira da Inquisição e queimar as inovações decorrentes da inclusão de gênero no saber?

Palavras-chave: sexo; gênero; direitos da mulher; Inquisição.

abstract

Sex and gender analyses have spread across all the sciences. This theme is linked to the processes of implementation of women's full citizenship rights. In Brazil, we have been facing a war on gender started by the conservative, sexist and racist segments. Will we return to the Inquisition's bonfires and "burn" the innovations arising from the inclusion of gender in knowledge?

Keywords: *sex; gender; setbacks on women's rights, Inquisition*

N

a segunda metade do século XX o feminismo causava uma polêmica que repercutia em todas as classes sociais. O termo tornara-se objeto de ampla discussão na televisão, na mídia escrita, no teatro e em todos os meios de comunicação. No debate destacavam-se os que se diziam femi-

nistas, os que o negavam e, sobretudo, os que riam do termo.

Afinal, o que realmente era o feminismo? O que trazia de novo? Por que foi objeto de ridicularização? Por que até hoje algumas pessoas, homens e mulheres, que são feministas em seus valores e comportamentos, temem se identificar como feministas?

Contraopondo-se ao feminismo – que propunha igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres –, os opositores enunciavam, sem a menor sombra de dúvida, que “mulher foi feita para ser mãe!”, que “o papel da mulher é ser dona de casa, cuidar do marido e dos filhos!”. Alguns iam

além e, mais sofisticados, afirmavam que “as mulheres são muito complicadas! Não se entende as mulheres, são inconstantes, emotivas”. Ou, como destacou a neurologista Rebeca Chanski, em pleno século XXI, quando uma mulher manifesta depressão ou certa sensibilidade, imediatamente ouve-se a explicação: “Ela está com TPM” ou “ela está nervosa pois está com falta de sexo”. Implicitamente a responsabilidade do estado emocional da mulher é “desqualificador”, “explicado jocosamente” e atribuído a seus hormônios. Quando um homem está deprimido ou manifesta alguma irritação, por que não se atribui tal estado aos seus hormônios, ou será que os homens não têm hormônios?, pergunta Chanski.

Uma releitura dos grandes momentos históricos revela que a mulher, em geral, aparece envolvida em pseudoverdades que a excluem. Para justificar a razão da exclusão das mulheres do direito ao voto, por exemplo,

EVA ALTERMAN BLAY é Professora Emérita do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

diziam que “elas não têm cabeça para pensar em política”, ou que “são influenciadas por padres”, ou ainda que “não devem perder tempo com essas questões, isso é assunto para homens”. E assim, até 1932, as mulheres não tiveram direito ao voto, nem cidadania política no Brasil.

Deve-se a um amplo movimento de mulheres a contestação a esses preconceitos que procuravam justificar os papéis que as mulheres poderiam ou não desempenhar. Nem mesmo o imperador dom Pedro II conseguiu que Maria Augusta Generoso Estrela frequentasse a Escola de Medicina no Brasil, onde mulheres não eram admitidas. Contornou a proibição, em 1882, dando-lhe uma bolsa para estudar nos Estados Unidos!

Foram poucas aquelas que, provenientes de famílias igualitárias, nas quais se preconizava a emancipação das mulheres, puderam, além de estudar, exercer atividades profissionais e aglutinar outras mulheres

que buscavam alterar o *status* tradicional e conservador que as excluía da participação socioeconômica. Entre elas estava Bertha Lutz, que liderou entidades como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e organizou um ativismo nacional e internacional. Ainda hoje causa espanto a ação popular de Bertha Lutz, que sobrevoou o Rio de Janeiro em um pequeno avião para distribuir panfletos pelo direito da mulher de votar, na década de 20.

SUPERANDO AS PEDRAS DO CAMINHO

A história do movimento feminista que sedimentou a emancipação da mulher no Brasil está marcada por avanços e recuos. Algumas personagens foram bem-sucedidas, outras foram sacrificadas. Simbolicamente a luta feminista tem sido uma



Bertha Lutz no avião no qual sobrevoou o Rio de Janeiro em 1927. Fonte: Arquivo Nacional

guerra com mortas, feridas e algumas sobreviventes vitoriosas.

Começo lembrando a exemplar biografia de Eunice Caldas. Proveniente de uma numerosa família de pesquisadores, médicos, intelectuais, Eunice foi renomada professora, fundou várias escolas, teve livros adotados pelo ensino público e fez parte de um grupo de mulheres escritoras. Deixou vasta obra poética e ficcional, além de outras inéditas. Era irmã de Vital Brasil, diretor e um dos fundadores do Instituto Butantan, e parente do engenheiro e empresário Oscar Americano de Caldas Filho.

Lendo *Eunice Caldas, uma voz feminina no silêncio da história*, bela dissertação de mestrado de Melissa Mendes Serrão Caputo (2008), surpreende constatar como uma mulher, com a vida marcada pela criação literária, dedicada ao ensino, diretora de escolas, estudiosa, aos 30 anos de idade, foi internada no Juqueri! Relata seu diagnóstico que ela apresentava uma certa instabilidade. O laudo médico acrescenta que ela tinha 30 anos, era solteira, rompera dois noivados contra a vontade dos pais. Em síntese, Eunice infringira as normas ao permanecer solteira, ter amigas mulheres, e com a suspeita de que uma de suas amigas fosse homossexual.

Infer-se que há 130 anos internava-se uma mulher que não aceitasse um casamento, pois tal conduta fugia às normas heterossexuais. Estas seriam as razões para tratá-la como enferma? O comportamento sexual (não ser heterossexual) pode ter sido o motivo para seu internamento num sanatório? Será que hoje a situação é diferente? Como explicar que atualmente, em pleno século XXI, no Brasil alguns grupos queiram “tratar” a orientação sexual como uma doença? Embora a Organização Mundial da Saúde

considere que a homossexualidade não seja uma doença, ela é tratada por certos grupos evangélicos ou de outras denominações religiosas como um distúrbio doentio que pode e deve ser tratado e “corrigido”. Ao analisar os argumentos que orientam o procedimento curativo, depara-se com justificativas religiosas e alguns princípios morais. Se no passado não havia pesquisa científica para orientar os procedimentos, as famílias recorriam à internação em manicômios, à lobotomia, a choques elétricos, para “normalizar” as criaturas. O normal era ser heterossexual. Assim Eunice Caldas, mesmo vista através de suas obras educacionais, peças teatrais, livros infantis, na sua ação como educadora, na poesia, em sua pródiga atividade intelectual, ainda assim tudo desaparecia, pois era uma mulher... solteira aos 30 anos!

RELIGIÃO X ESTADO LAICO

O caso de Eunice – e poderíamos citar vários outros – remete a uma disputa entre religião e Estado, ou melhor, a um embate entre duas forças: uma denominação religiosa e os princípios do Estado laico. Desde a República ficara instituída no Brasil a separação entre os poderes, a qual passou a vigorar na forma mas não na realidade. Veja-se a longa disputa entre a validação do casamento civil e o religioso; ou a proibição de cemitérios não católicos nas terras paulistas; ou a custosa aprovação do divórcio que, por mais de 50 anos, foi rejeitado na Câmara e no Senado (Emenda Constitucional n. 9, 28/6/1977).

A cada dia novos confrontos se colocam no campo da lei e dos direitos humanos, entre preceitos religiosos e direitos civis. Nesse embate as mulheres são colocadas em

posição subordinada, têm seus direitos postergados. Na atual legislatura (2019) há vários projetos parlamentares e três requerimentos ligados à chamada “bancada da bíblia” que visam a impedir o acesso das mulheres à informação ou à compra de medicamentos para o aborto. Criou-se também um Fundo Nacional para a Promoção dos Direitos da Mulher que explicitamente impede que os recursos sejam usados em “serviços ou atividades que envolvam, direta ou indiretamente, o aborto provocado”. Todos esses projetos têm como referência atacar uma suposta “ideologia de gênero”. O que esses parlamentares e seus eleitores entendem como “ideologia de gênero”? O que está por trás dessa expressão? Por que tomaram o conceito de gênero, desenvolvido por várias correntes teóricas feministas, e o demonizaram?

Inúmeras pesquisas e diversas correntes teóricas feministas vieram aprofundar a compreensão do que significa ser mulher, ser homem, como se definem os papéis sociais que desempenhamos. Ampliaram-se e diversificaram-se as concepções de mulher, destacou-se a diversidade entre nós. Excluiu-se uma suposta universalidade de ser mulher, mostrou-se a diversidade que aflora dependendo da perspectiva étnica, de classe, de geração, de cultura e de origem. Mulheres somos diferentes dependendo do ponto de referência. Ultrapassamos a referência biológica. Não é apenas nosso sexo biológico, o útero que nos define. Desempenhamos múltiplos papéis sociais, que variam conforme nossas profissões e até mesmo durante as horas do dia: cozinhamos, atendemos um paciente, fazemos uma criança dormir, ou lutamos contra alguém que nos explora.

Ao mostrar que nossa condição genital e nosso comportamento social são vertentes

de nossa condição como seres humanos, não estamos privilegiando nenhuma das duas condições.

As resistências das camadas conservadoras da sociedade reagem quando despontam comportamentos masculinos realizados por mulheres ou, ao contrário, femininos desempenhados por homens. E, claro, o cenário muda quando, por exemplo, nasce uma criança com a genitália não claramente definida. Hoje sabe-se que se deve esperar até que o corpo apresente maiores definições ou que, através de exames internos, se possa saber se se trata de um ser masculino, feminino ou trans.

Todas essas questões estão postas pela ciência, pelo conhecimento do corpo e sobretudo não se trata do desejo dos pais de ter um menino ou uma menina: já ultrapassamos esse voluntarismo; é importante aguardar o tempo necessário para que, afinal, o próprio ente tenha a possibilidade de evitar maiores sofrimentos resultantes de decisões irreversíveis.

Enquanto o conhecimento evolui, os conceitos vão tomando novas formas não valorativas e as decisões de organismos internacionais incorporam os novos saberes. A ONU, a OIT, as agências de saúde internacionais vão se despidendo de preconceitos e procuram incorporar conceitos que respeitem os direitos humanos.

Espanta, pois, a extraordinária inépcia dos representantes do Itamaraty na última reunião da ONU quando decidiram, contra 99% das nações do mundo, eliminar o termo “gênero” dos documentos internacionais e substituí-lo por “sexo”, “homem” ou “mulher”. A representação diplomática ignorou que esses conceitos foram longamente debatidos e acatados em reuniões internacio-

nais durante pelo menos 30 anos. E foram inscritos e aprovados em várias reuniões em que o Brasil esteve presente e os ratificou!

Vivemos momentos em que o conhecimento científico é contestado em nome de valores religiosos ou morais. Do ponto de vista político, o embate entre essas forças é inevitável. Os governos podem tentar obscurecer os avanços científicos, dificultar/controlar a vida dos indivíduos, podem até prender e internar em hospícios, mas é tudo uma questão de tempo: como vimos no processo de instauração do divórcio, na aprovação de uniões de pessoas do mesmo sexo e até dos que se redefinem sexualmente, os obstáculos vão sendo superados.

É o caso do direito à interrupção da gravidez já citado. Muito lentamente a sociedade vai incorporando soluções para a realização do abortamento. Pesquisas realizadas de modo muito superficial indicam que a maioria é contra o aborto. Aliás, as feministas afirmam que ninguém é “a favor do aborto”, mesmo as que o praticam. Mas situações inevitáveis como casos de estupro, fetos anencefálicos, gravidez em famílias desprovidas de recursos mínimos, gravidez na adolescência elevam absurdamente o número de mulheres que morrem ao recorrerem a procedimentos fatais: os dados mostram que apenas as mulheres pobres, principalmente negras, se somam à elevada taxa de mortalidade por aborto absolutamente precário. As que têm recursos econômicos procuram médicos, hospitais e os realizam sem maiores perigos.

A elevação, nos últimos anos, da mortalidade materna de jovens mães tem a ver com a redução das políticas públicas voltadas para a saúde integral da mulher e com o desconhecimento sobre sexualidade; proibiu-se que nas escolas se preparem docentes

para instruir nossas crianças e se propõe que “as famílias” instruam seus filhos. Sabemos todos que as famílias não o fazem porque não sabem como fazer, por ignorância ou por pudor. Resta a nossas crianças os perigos, os estupros, e continuarem com os mesmos problemas que seus genitores tiveram.

CAMINHANDO PARA UMA NOVA INQUISIÇÃO?

O conceito de gênero entrou no cenário científico, e a partir dele já estamos em outras etapas do conhecimento. Em todas as ciências – desde as chamadas exatas até as humanas –, o caminho atual é o da introdução das inovações decorrentes do gênero. Ao se incluir a diversidade de gênero no conteúdo das pesquisas e entre os pesquisadores, observaram-se importantes consequências: muitos medicamentos foram banidos pois partiam de experiências em que a base da pesquisa eram animais, células e tecidos de apenas um gênero. Refazendo-se os experimentos e diversificando a amostra, observou-se que os resultados indicavam, por exemplo, diferenças nas dosagens para homens ou para mulheres. As pesquisas ligadas ao coração mostraram que os sintomas apresentados por mulheres eram diferentes daqueles dos homens. O mesmo aconteceu com as pesquisas relativas a fraturas ósseas em homens e mulheres. Neste último caso, observou-se que se “supunha” serem as mulheres mais frágeis que os homens e por isso com elas ocorriam maiores danos. Verificou-se que essa visão omitia o fato de que os homens também apresentavam osteoporoses e, infelizmente, tardou-se muito em enfrentar o problema no caso deles. A linguagem dos computadores

está sendo revista, pois os algoritmos reproduzem os mesmos preconceitos instituídos na sociedade: cite-se o modo como as traduções do Google eram feitas, a partir da suposição de que o autor fosse sempre do gênero masculino. Foi necessário alterar a linguagem dos computadores, dos robôs e da tecnologia em geral.

Por outro lado, tem-se observado que quando aumenta a participação de mulheres em pesquisas, também há aumento no número de temas ligados à saúde.

Vivemos atualmente um perigoso impasse: na Europa e nos Estados Unidos formaram-se consórcios de pesquisadores que buscam as “inovações de gênero”. Esses grupos de *gender innovations* comunicam os resultados obtidos nas respectivas especialidades. Entramos numa nova etapa do conhecimento científico a partir da inclusão dos gêneros na pesquisa e no saber. Os documentos desses autores destacam que quando ignoramos sexo e gênero os resultados das pesquisas são socialmente perigosos e perdemos possí-

veis soluções. Como disse a professora Martina Schraudner, da Technical University of Berlin, quando se integram as inovações de gênero na pesquisa básica e na aplicada se produz “excelência na ciência”, na saúde, na medicina, na engenharia, na política e na ação prática. Em síntese, as inovações de gênero acrescentam “valor” à pesquisa e à engenharia, garantindo excelência e sustentabilidade; acrescentam “valor” à sociedade, tornando a pesquisa mais adequada às necessidades sociais; e acrescentam “valor” aos negócios, ao desenvolver novas ideias, patentes e tecnologias.

Face às disputas aqui expostas, cabe perguntar: será que vamos perder esse novo passo da inovação nos apegando a tradições conservadoras? Ou, como provocou minha colega Prislaine Kordi, ao ler este texto: “Como é, Brasil, vai avançar com o resto do mundo ou vai escolher ficar para trás, caçando bruxas e jogando pessoas e conhecimentos na fogueira como na Inquisição? De que lado estamos?”.